

## ADAPTAÇÃO DOS IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

**Sandra de Oliveira Claudino**

Graduanda em Enfermagem,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Natália Sangali Costa**

Graduanda em Enfermagem,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Juliana de Carvalho Apolinário Coêlho**

Fisioterapeuta; Doutora em Ciências Fisiológicas – UNESP;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Natalia Marinho Dourado Coelho**

Enfermeira; Mestre em Ciência Animal – UNESP; Doutoranda em Ciência Animal – UNESP;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Jessé Milanez dos Santos**

Enfermeiro; Especialista em APH – UNIARARAS  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas FITL/AEMS

### RESUMO

O artigo a ser desenvolvido a seguir tratará de um assunto atual e que faz parte da realidade de muitos idosos no Brasil, que é a institucionalização desses indivíduos a abrigos de longa permanência, bem como os problemas enfrentados nessa nova fase de suas vidas. É um momento delicado, onde o idoso deverá enfrentar um período de adaptação, seguido de diversos sentimentos, como medo, angústia, saudades e tristeza por estar longe de seu lar e das pessoas queridas. Assim, esse estudo terá como objetivo analisar essas dificuldades no ajuste social, visualizando ainda quais os obstáculos encontrados e quais maneiras de melhorar essas barreiras encontradas por esses idosos, ao serem transferidos para instituições de longa permanência. Será avaliado ainda o crescimento da população idosa nesses últimos tempos, e principalmente como a sociedade e os profissionais podem ajudar esses idosos a se adaptarem a essa nova vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** idoso; institucionalização; adaptação.

### 1 INTRODUÇÃO

O crescimento da população idosa, no Brasil, está crescendo, concomitantemente com as transformações de cunho social, cultural, econômico e institucional, como é o caso dos valores e novas formações familiares (IBGE, 2003).

Num pequeno espaço de tempo, estima-se que haverá um crescimento maior dos idosos, com 80 anos ou mais. Isso é o resultado das taxas elevadas de

natalidade ocorridas há algumas décadas atrás e ainda da reduzida taxa de mortalidade, nos últimos anos, da população idosa.

Uma preocupação é o crescimento da população idosa e a falta de infraestrutura por parte da sociedade, instituições de longa permanência e até mesmo da família, para acolher esses idosos de maneira ideal.

Muito embora a lei entenda que caberá a família do idoso atentar-se aos cuidados e amparos, infelizmente esse fator está a cada dia mais em extinção, pois as mudanças sociais foram muitas, onde as mulheres precisam trabalhar, reduzindo inclusive, por exemplo, o índice de fecundidade. O que se quer explicar é que a figura tradicional de cuidadora, que até anos atrás era a mulher, esta mudando, pois está a cada dia mais ativa no mercado de trabalho. Assim, diante dessa situação, é necessário que haja uma divisão de tarefas, no que tange aos cuidados com os idosos, havendo a participação do Estado e das famílias desses idosos. Como alternativa, existem também as instituições de longa permanência, que não fazem parte de uma prática da sociedade brasileira e justamente por esse motivo, necessitam de muitos ajustes, para assim, quem sabe, atender as necessidades dos idosos.

### **1.1 Aspectos Gerais sobre os Idosos**

Nos dias atuais existe uma grande preocupação com a aparência física, havendo uma supervalorização da juventude e vitalidade, por isso, com tantas transformações sociais e com uma sociedade moderna e tecnológica, os idosos estão sendo a cada dia mais esquecidos e desvalorizados.

Para Giddens (2004), “Tenham ganho um lugar de influência e poder político considerável”.

Assim, diante das mudanças de valores e sociais, onde as famílias acabam não importando tanto com seus idosos, é necessária a intervenção do Estado que deverá responsabilizar-se pelo bem-estar e pela qualidade de vida dos idosos desprotegidos e que não contam com o auxílio familiar.

Visando estruturar essa situação, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Direção Geral de Saúde, trabalhando em conjunto com o Ministério da Saúde, traçaram políticas sociais e programas integrados de apoio permanente, que visam auxiliar a população idosa.

Juntamente com a OMS e a Direção Geral de Saúde, o Ministério da Saúde definiu outros programas, como PAII (Programa de Apoio Integrado a Idosos); PILAR (Programa Idosos em Lar) e PAIPS (Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social).

Certo que envelhecer não se trata de uma questão demográfica apenas, mas também de uma situação que abrange outras questões, como é o caso de aspectos socioculturais, políticos e econômicos que trabalharão juntamente e de maneira permanente com aspectos biológicos dos indivíduos. Por esse motivo que deverá existir uma reestruturação dos sistemas de reforma, bem como da previdência social, havendo concomitantemente um aumento no número de instituições que auxiliam os idosos. Para a população idosa é necessária uma maior preocupação, seguidos de adaptações sociais. O Estado deverá estimular atividades frequentes, incentivando um maior contato afetivo e social, entre os idosos e suas famílias, prestando ainda um apoio na saúde e na educação desses grupos.

De acordo com classificação da OMS, são considerados idosos, pessoas com faixa etária acima 65 anos de idade, para os países desenvolvidos. Para países subdesenvolvidos, considera-se idoso a partir dos 60 anos de idade. Entende-se que a velhice é um processo natural da vida, onde o indivíduo passará por transformações anatômicas e físicas, que deverão acentuar após os 50 anos. Entretanto, essas mudanças dependerão muito do tipo de vida que o indivíduo leva, das suas condições de saúde.

Paul (1997) afirma que “A forma como envelhecemos tem a ver com a forma como nos desenvolvemos, ou seja, a senescência é uma função do meio físico e social em que o organismo se desenvolve e envelhece, o envelhecimento é a contrapartida do desenvolvimento”.

Para Dias (2005), “Os esforços para garantir uma melhoria das condições de vida dos idosos, através das políticas de saúde e prestação de cuidados continuados, têm vindo a contribuir para a definição da pessoa idosa como uma categoria social e economicamente dependente”.

Lima (1988) afirma que “A ausência de uma rede de apoio familiar capaz de responder às necessidades de autonomia e bem-estar dos mais idosos conduziu ao aparecimento de instituições onde o isolamento dos idosos passa a ser institucionalizado e a velhice encarada como uma espécie de doença social”.

A mudança de ambiente, do idoso, foi necessário um procedimento de adaptação e com isso, houve um quadro de sofrimento por parte do idoso. Para o idoso, mudar o ambiente onde vive é muito traumático, na maioria dos casos. Sua relação com o seu espaço é muito importante para sua saúde mental e conseqüentemente, bem estar físico (TOMASINI, 2007).

Assim, o fato de institucionalizar um idoso, envolve muito mais que um simples ato de mudança de endereço, mas principalmente, envolve valores, responsabilidades, crenças e necessidades. É uma questão social e familiar, pois a partir desse fato surgirão problemas familiares. Por parte da família, haverá um sentimento de culpa, por não conseguir cuidar do seu ente idoso, que requer maiores cuidados e por parte do indivíduo institucionalizado, um sentimento de abandono, isolamento e logo, uma dificuldade em se adaptar a sua nova morada (SILVA, 2005).

Oliveira (2006) afirma que “A institucionalização significa, por um lado, o ato ou efeito de institucionalizar, e, por outro, os efeitos observados nos idosos que são integrados na instituição”.

A grande questão é o internar um ente idoso, numa instituição de longa permanência, na maioria dos casos é a única opção. Grande parte das famílias não apresenta um bom suporte familiar, financeiro e até mesmo psicológico, que são considerados requisitos básicos para que pudessem exercer os cuidados com seu idoso. Em instituições de longa permanência, esses idosos vivem como num internato, que poderá ocorrer por prazo determinado ou não (BORN, 2002).

“É cada vez mais consensual a necessidade de manter as pessoas ativas no seu meio social, tendo em atenção o seu melhor equilíbrio físico, psíquico e social. Neste sentido, até se questiona se a institucionalização dos idosos propicia este equilíbrio saudável entre as condições biológicas e as exigências do meio” (Casanova, 2001).

O principal ponto a ser analisado, quando o assunto é a institucionalização do idoso, é a adaptação. A institucionalização do idoso dependerá de um trabalhoso e cauteloso processo de adaptação, havendo muitas probabilidades de desajustamentos, sendo que o idoso é confrontado com uma realidade completamente nova e com a qual pode não estar apto para lidar (LEMOS, 2005).

Considera-se que o idoso apresenta uma boa adaptação se supera com eficiência as suas dificuldades, resolve os conflitos e consegue satisfações e

realizações socialmente aceitáveis. Se, pelo contrário, vive sentimentos de medo, dependência, descontentamento, ansiedade, inferioridade, apatia e isolamento, então, estamos perante uma má adaptação (AGOSTINHO, 2004).

## **1.2 A População Idosa no Brasil**

Em 1940, o Brasil era um país jovem, sendo que apenas 4% da população era idosa, acima dos 60 anos. Entretanto, esse quadro mudou na atualidade. De acordo com o IBGE (2003), o percentual de pessoas acima dessa faixa etária aumentou para 8,6% no ano de 2002, e segundo expectativas a população idosa deverá representar 13% da população brasileira”.

A população brasileira, por ter sido considerada jovem durante muito tempo, não se preocupou com a defesa da dignidade e do bem-estar dos idosos (IBGE, 2003).

Born (2002) afirma que: “Muitos idosos encaram o processo de institucionalização como perda de liberdade, abandono pelos filhos, aproximação da morte, além da ansiedade quanto à condução do tratamento pelos funcionários”.

E por essa falta de programação e condições, que muitas famílias optam por encaminhar seus idosos a instituições.

## **1.3 Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)**

No Brasil, existem variados entendimentos do que realmente compreende uma instituição de longa permanência. Certo é que a sua origem está relacionada com os asilos, que são direcionados para a população carente, que precisa de abrigo e assim, deverá contar com um auxílio cristão, justamente pela falta de ajuda pública. Essa é a explicação para a procura das instituições filantrópicas que trabalham conjuntamente com a assistência social (LEMOS, 2005).

As instituições de longa permanência deverão assistir o idoso não apenas de maneira social, mas deverão assistir também nas questões de saúde. E isso tudo devido ao crescimento no número da população idosa e no aumento de indivíduos com capacidade física, cognitiva e mental limitados.

Como existe nesses casos dupla função dessas instituições, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia adotou como denominação desses locais, a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) (FARIA, 2015). No entanto,

para a Lei, as ILPI tratam de casas de repouso, clínicas geriátricas, abrigos e asilos. Para a ANVISA, dizem respeito a instituições governamentais ou não governamentais, que apresentam características residencial, voltada para o abrigo coletivo de pessoas idosas, onde deverão honrar com a base de tratamento, que são suporte familiar, condição de liberdade, dignidade e cidadania.

São diversas as conceituações de ILPIs, que muitas vezes estão associadas a instituições de saúde, entretanto, não são clínicas de saúde, muito embora acabem recebendo esses tipos de tratamentos também, além dos convencionais, como moradia, alimentação e vestuário.

## **2 OBJETIVOS**

O objetivo deste trabalho é descrever as dificuldades de adaptação encontradas por idosos diante da institucionalização.

## **3 MATERIAL E MÉTODOS**

O artigo trata-se de uma revisão integrativa de literaturas já publicadas com relacionadas ao tema proposto.

A revisão integrativa tem como objetivo a interação entre os conceitos dos autores sobre o tema abordado bem como os resultados obtidos com as pesquisas, gerando assim uma diversidade de opiniões.

Com o resultado dessas pesquisas obtemos informações sobre o tema abordado. O critério de busca foi através dos descritores Idoso, institucionalização e adaptação.

A busca foi feita nos seguintes bancos de dados, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Scielo e Lilacs no período de fevereiro a Setembro de 2016.

## **4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE LAR PARA IDOSOS**

A institucionalização em lar implica uma tomada de decisão acerca do futuro. Ou seja, de acordo com a experiência dos nossos participantes, o processo de tomada de decisão precede a institucionalização. No entanto, o modo como esta decisão é tomada o papel e envolvimento do idoso na decisão parecem revestir-se

de particular importância para os mesmos. Alguns participaram ativamente na decisão, tendo a entrada para o lar sido algo que planejaram ao longo da vida (OLIVEIRA, 2007).

A institucionalização foi vivida pelos participantes como um processo gradual, constituído por diferentes momentos. O foco central deste domínio é o modo como o idoso experimentou a entrada no lar, particularmente o que constituiu obstáculo ou dificuldade, o que ajudou ou facilitou (RIBEIRO; SCHUTZ, 2007).

A informação agregada neste domínio permite perceber que os participantes desenvolveram uma perspectiva sobre o seu próprio processo de entrada no lar, sendo esta pautada por memórias e sentimentos (positivos e negativos), e posicionamento crítico expresso na capacidade de identificar vantagens e desvantagens de viver no lar.

Os autores chegaram a uma conclusão de que o modo como ocorreu a tomada de decisão da institucionalização é determinante no processo de adaptação, muito provavelmente porque os idosos que preparam e decidem a entrada para o lar têm tempo para antecipar e preparar a mudança, munir-se dos recursos relevantes e mantêm a percepção de controlo sobre si e o que lhes acontece.

Sabemos que a expectativa de vida da população mundial cresce a cada ano, e com isso o número de idosos aumenta consideravelmente, a realidade é que as instituições de longa permanência são a única opção que alguns idosos encontram para receberem os cuidados necessários para terem um pouco de dignidade até o fim da vida.

Por que poucos artigos científicos foram publicados com esse tem de ajustamento social, pois se trata de algo que acontece e acontecerá com muitos idosos, e identificar um modo que essa transição seja de mais fácil aceitação os idosos terão uma diminuição no risco de adoecerem.

Esse momento de transição é muito traumático, pois eles se sentem abandonados e menosprezados pela família.

Essas instituições são capazes de atender todas as necessidades que os idosos precisam nesse momento em que precisam se adaptar a essa realidade.

De acordo com Tomasini e Alves (2007), “As Instituições de Longa Permanência no Brasil, apresentam uma realidade precária, isto é, estão muito abaixo das condições mínimas para o envelhecimento bem-sucedido”.

As Instituições de Longa Permanência (ILPs) são uma modalidade antiga que assiste o idoso fora do seu convívio familiar, traz isolamento, inatividade física e mental, e, por conseguinte uma redução da qualidade de vida. A institucionalização tornou-se uma realidade atual, pois acolhe uma demanda maior de idosos gerada por fatores demográficos, sociais e de saúde (RIBEIRO; SCHUTZ, 2007).

Os profissionais que trabalham nessas instituições estão recebendo todo o apoio e recursos necessários para prestarem o atendimento a esses idosos, para oferecer um atendimento de qualidade, também é fundamental que as instituições assegurem aos profissionais o espaço para supervisão, estudos e reuniões. Além da qualificação continuada, esse contato é importante para que os profissionais possam dividir suas dúvidas, angústias e anseios (SILVA, 2005).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O maior sentimento que existe em indivíduos institucionalizados é o de exclusão, mágoa, acreditando que está ali por ter sido um peso para seus familiares.

Apesar da ideia das instituições de longo prazo serem boas, existe a necessidade de uma adequação e a necessidade de um acompanhamento maior por parte dos familiares e equipe envolvida nesses locais.

É necessária uma qualificação e aprimoramento desses locais, buscando acabar com esse processo de “asilamento”, que na maioria dos casos gera conflitos e sentimentos negativos por parte dos idosos.

O ideal para uma instituição em longo prazo, é acabar com o sentimento de abandono e descaso, que a aflige a maioria dos idosos internados nesses centros e sim, adaptar esses locais para acolhê-los da melhor forma possível.

## **REFERÊNCIAS**

AGOSTINHO, P. Perspectiva Psicossomática do Envelhecimento. In: Revista Portuguesa de Psicossomática, Porto. 2004.

BORN, T. Cuidado ao idoso em instituição. In: PAPALÉO N. M. et al. (Orgs.). Gerontologia. São Paulo: Atheneu; 2002.

FARIA, C. Transição e (In) Adaptação ao Lar de Idosos: Um Estudo Qualitativo. 2015.

CASANOVA, J. L. (Coord.). Quadros sociais de envelhecimento Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia. 2001.

DIAS, I. Envelhecimento e violência contra idosos. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2005.

ESTATUTO DO IDOSO 5ª edição, revista e ampliada Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e legislação correlata.

GIDDENS, A. Sociologia. (4ª Edição revista e aumentada). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Expectativa de Vida, 2003.

LEMOS, M. (Coord.). As Misericórdias Portuguesas na Assistência aos Idosos. Observatório de Idosos e Grandes Dependentes, União das Misericórdias Portuguesas. Lisboa: Fundação Oriente. 2005.

LIMA, A.; VIEGAS, S. A diversidade cultural do envelhecimento: A construção social da categoria de velhice. Psicologia VI. 1998.

OLIVEIRA, L. (Dir.). Enciclopédia Larousse. Temas e Debates. Porto: Círculo de Leitores. 2007.

PAÚL, M. C. Lá para o fim da vida: Idosos, Família e o Meio Ambiente. Coimbra: Almedina. 1997.

RIBEIRO, A. P.; SCHUTZ, G. E. Reflexões sobre o envelhecimento e bem-estar de idosos institucionalizadas. Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 2007.

SILVA, M. C. O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas. Textos sobre Envelhecimento, 2005.

TOMASINI, S. L. V.; ALVES, S. Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência. 2007.